



# CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 26 DE JUNHO DE 2023, REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 71/2023, DO EXECUTIVO, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e onze minutos, tendo por local o Prédio Ulysses Guimarães, localizado a Rua Carlos Pazetti, nº 290, na Câmara Municipal de Paulínia, na Sala de Sessões “Vereador Mario Vicente Brasil Conte”, realizou-se a Audiência Pública referente ao Projeto de Lei nº 71/2023, que “dispõe sobre a instituição de diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da lei orçamentária do município para o exercício de 2024 e dá outras providências”, solicitada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos da Câmara Municipal de Paulínia. A mesa foi composta: pelo Vereador Fábio Valadão, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos; pelo Vereador Helder Pereira, Vice-Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributos; pelo Vereador Pedro Bernarde, Secretário da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributo; pelo Vereador Messias Brito, Vice-presidente da Câmara Municipal de Paulínia; pelos Vereadores Cícero Brito, José Soares e Flávio Xavier; e pelo Senhor Rodrigo Antonio Quaiatti, Diretor do Departamento Legislativo. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h11): “Eu, como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paulínia, representante do Poder Legislativo de Paulínia, declaro aberta a audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 71/2023, que ‘dispõe sobre a instituição de diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da lei orçamentária do município para o exercício de 2024 e dá outras providências’. Mais uma vez aqui, agradecendo a presença de todos. Eu acredito que todos que nos acompanham aqui em tempo real, através do site oficial e também das redes sociais da Câmara, bem como os presentes em Plenário, tem conhecimento do Projeto de Lei nº 71/2023. Faço questão de mencionar que tem uma cópia física dele disponível à Mesa que dispõe sobre a instituição das diretrizes a serem observadas na elaboração e execução da lei orçamentária do município para o exercício de 2024. Uma vez que todos os requisitos formais para a realização da presente audiência pública foram tomados: o projeto ficou à disposição da sociedade civil para a apresentação de emendas populares; publicações no diário oficial do município nas edições de número: 2037, na data de 17/04/2023; 2041, na data de 24/04/2023; 2046, na data de 02/05/2023 e 2055, na data de 15/05/2023, bem como publicação da convocação dessa audiência no diário oficial do município nas edições de número: 2062, de 24/05/23 e número 2073, de 13/06/2023. E, ainda, reconvocação da audiência pública no diário oficial da edição 2079, de 22/06/2023; e que os questionamentos e colocações que porventura vierem a ser realizados serão, na medida do possível, sanadas na presente audiência ou, posteriormente, encaminhadas ao Executivo para



# CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

esclarecimentos. Então, antes de abrir efetivamente, eu deixo a palavra aberta aos demais membros da Mesa. Algum dos Vereadores gostaria de usar a palavra? Nenhum dos Vereadores querendo usar a palavra, eu abro nesse momento, então, a palavra aos presentes. Nós temos um microfone à minha direita e temos também o orçamento físico, a lei de diretrizes orçamentárias à minha esquerda. Alguém gostaria de fazer algum questionamento, alguma colocação? Vou dar um prazo de uns dois minutinhos. Abro a palavra pro Antônio Castro. Fique à vontade. Como nós não temos mais nenhum inscrito... pergunta três ou quatro minutinhos... fique à vontade para suas ponderações.”. **SENHOR ANTÔNIO CASTRO** (18h15): “Eu quero fazer aqui uma consideração referente a essa audiência, e servir como sugestão, que a Câmara pudesse fazer isso de uma maneira mais abrangente. Eu sei que foi dado publicidade a isso no site da Câmara, através do portal da transparência, mas a minha sugestão é que as próximas audiências referentes ao orçamento do município sejam feitas em audiências nos bairros e em dias que as pessoas possam ir porque, por exemplo, num horário desse, as pessoas ou estão saindo do trabalho ou estão chegando... ou estão saindo do trabalho, chegando em suas casas, muitas vezes cansados. Então, eu sugiro aqui à Câmara, quero deixar isso registrado, para que possa ser feita, por exemplo, aos sábados à tarde ou aos domingos e que sejam feitas as audiências por regiões. Seja bem divulgada através de panfletos, carros de som, para que a gente possa ter uma participação popular mais efetiva já que, por tradição, Paulínia, a população participa muito pouco de temas tão importantes como esse. Eu considero o orçamento do município um dos momentos mais importantes na hora de se pensar que cidade nós queremos, que cidade nós queremos agora e no futuro. Então eu quero sugerir aqui, deixar registrado com os nobres vereadores, que façam essa sugestão para as próximas audiências que trate aqui da LDO ou trate... obrigado e espero que a gente possa prosseguir em paz.”. **SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS** (18h17): “Obrigado Castro. Como é uma reivindicação para a Câmara, está registrado, vou passar para o presidente, faço questão até de trazer ao conhecimento dos presentes, também a aqueles que nos acompanham nas redes sociais, como eu li antecipadamente aqui, foram várias as publicações, no semanário, no site da Câmara. As formas naturalmente institucionais, de convidar a população a participar, inclusive na semana passada nós tivemos aí o agendamento da audiência pública e também por achar que carecia de uma maior participação, nós da comissão decidimos então suspender e adiar, para que a gente tentasse mais uma vez em um outro horário. Então eu vejo que não é só da Comissão de Finanças, acho que a gente tem tentado fazer com que a população aproxime um pouquinho mais do poder legislativo. Entendo eu até... estava parando para pensar como algo talvez até positivo porque antigamente era um palco de guerra. As pessoas, na verdade, muitas vezes, participavam dessas audiências muito mais no intuito de agredir do que sugerir alguma questão. Eu acho que essa paz toda que está acontecendo no segmento político da cidade ela também tem desdobramento na população, que acaba confiando no orçamento que foi enviado e também na capacidade dos vereadores de analisarem o projeto e fazerem as



emendas eventualmente necessárias. Eu queria também passar que acho bacana a sugestão da realização de audiências nos bairros, mesmo que aos finais de semana. A gente só precisa checar como seria a logística disso porque, na verdade, por uma questão de publicidade, aqui na Câmara a gente tem todo um aparato para fazer a audiência. Então a gente tem transmissão, a gente tem uma internet que funciona adequadamente, a gente tem aqui estrutura de microfone, de som, de pessoal, que traz toda essa possibilidade de fazer o processo bem transparente. É o que eu falei, já tentamos em outros horários e infelizmente as coisas não aconteceram. Eu não sei se a gente tem capacidade técnica e nem qual o custo seria. Não sei se os contratos preveem, por exemplo, dos terceiros que fazem as transmissões, como isso seria levar essa audiência para um outro local. Mas fica aqui, está anotada a sugestão. Fica aí a... eu mesmo passo isso para o presidente, aí fica a critério dele fazer um estudo para ver se é possível. Particularmente, eu acho que não vai ser tão simples, mas eu acho uma ideia bastante razoável. Mas alguém gostaria de fazer algum questionamento, colocar alguma questão? Alguma dúvida? Ok. Eu vou de maneira bem breve, apenas tocar em pontos que eu reputo... eu estava discutindo aqui com o Rodrigo já desde a semana passada, pontos que, às vezes, para a população é uma coisa um pouco difícil de compreender. Eu vou tentar traduzir pontos que eu acho bastante importantes assim, da questão orçamentária, não só desse ano, mas para as próximas vezes a gente ter sempre atenção no que verificar. Primeiro, o meu contentamento com o Executivo, o quanto melhorou assim as peças orçamentárias. Isso vem melhorando muito no decorrer dos anos. Era sempre muito complexo, muito difícil de entender e devagarinho ela está ficando muito mais fácil da gente pegar e na leitura começar a entender do que se trata. Então, na verdade, é uma lei de diretrizes orçamentárias que baliza o orçamento que vai ser apresentado no final do ano, que vai valer para 2024. Pontos chave, na minha opinião. A gente sempre teve uma questão muito problemática aqui, acho que os vereadores acompanharam isso no decorrer dos anos, que é a questão da transposição, remanejamento e transferência de recursos orçamentários. Então, vocês imaginam o seguinte: a peça orçamentária, ela está lá descrita por secretaria, quais os valores que vão ser empregados, os programas e as ações que vão ser realizadas em cada um desses programas. Teve época, num passado não muito distante, e aí eu deixo porque eu não tenho como não fazer uma crítica ferrenha para quem deixava passar, que a gente via orçamentos com capacidade de transposição de recursos de 100%. Eu vou tentar traduzir para vocês o que isso significa. Imagina que o Prefeito apresentava para a Câmara uma peça orçamentária e ela tinha lá tudo bonitinho, escrito, os valores, programas, os projetos, tudo bonitinho lá. E aí ele colocava um artigo lá no meio da lei orçamentária que falava assim: o poder executivo é autorizado a transpor, remanejar 100% dos recursos. Ou seja, a peça orçamentária era uma grande brincadeira. Era uma grande ficção. Na verdade, você tirava todo o poder, dever da Câmara de fazer a fiscalização e o acompanhamento do orçamento, porque, na verdade, o Prefeito jogava os valores como ele queria. Já a um bom tempo, pelo menos desde que... da primeira legislatura que eu trabalho como vereador, desde



# CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

2013 a gente vem se esforçando para mudar isso, vários vereadores. Então, para vocês terem uma ideia. Agora ao poder executivo está previsto transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma secretaria. Exemplo: pegar uma dotação do esporte e remanejar dentro da própria secretaria de esportes, no máximo de 12%. Ou seja, o orçamento passa a ser uma peça que tem que ser seguida pelo Prefeito. Imagina que isso foi 100%. Por que, muitas vezes, a gente fala assim: pô, mas não é possível, ficou 20 anos falando da ponte e a ponte nunca saiu? E é em nós, vereadores, a gente batia o olho e estava lá: construção da ponte. E a ponte não acontecia. E estava tudo bem, por quê? Porque os prefeitos, à época, pegavam esses valores e remanejavam e transpunham da maneira que eles entendiam que devesse. Então, na verdade, a gente não tinha mecanismos de exigir que o Orçamento fosse cumprido. Tem também uma possibilidade de transposição e transferência de recursos entre secretarias e programas diferentes. Aqui nós estamos falando o seguinte: pegar o recurso de uma secretaria e transpor para outra secretaria. A lei que a gente estará votando dentre em breve, ela aponta um limite de 8%, que é um limite bastante razoável. Como eu falei, imagine os senhores: era 100%. A gente está falando hoje de 8%. É sinal que as coisas estão realmente mudando, e mudando para melhor. Para vocês terem uma ideia, o que o Diretor Legislativo colocou: a construção da nova ponte está prevista nos orçamentos desde 2003. Vou repetir para vocês aqui, desde 2003. Que bom que a gente viu agora ela sendo realizada. Para quem quiser também, está muito fácil a gente levantar a Lei. Ela está descrita, se vocês pegarem, quem tiver curiosidade, tanto no físico, pode vir à Câmara também, quanto no site, ela traz exatamente as dotações por secretaria. Então tem lá o quanto que cada secretaria tem de orçamento, quanto que é para folha de pagamento, quais os programas estão encampados, enfim. A gente tem realmente, agora, um orçamento mais fácil de ler e a gente espera que cada vez mais a população ela se interesse por poder tratar desse assunto. Alguém quer tratar mais algum assunto específico? Ah! Muito bem lembrado. Obrigado Rodrigo por ter recordado, que é uma coisa que também que as pessoas muito pouco acompanham. Está muito claro na LDO o seguinte: o município aplicará, no mínimo, 25% das receitas resultantes de impostos, em manutenção, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Ou seja, obrigatoriamente, o indexador constitucional, o município nos últimos anos, ele vem aplicando um valor até maior do que está aqui descrito, mas 25% do orçamento, obrigatoriamente, vai pra Educação. E a gente tem aqui um outro indexador constitucional, também obrigatoriamente no mínimo 15% das receitas em ações de Saúde Pública. Então a gente começa a entender um pouco melhor ainda o orçamento. 25% do orçamento, obrigatoriamente, Educação. 15%, obrigatoriamente, Saúde. Pelo que eu estou acompanhando esses valores, eles têm sido ampliados, pelo menos agora, na gestão Du Cazellato, tem se aplicado um percentual maior do que o exigido pela Constituição. Obrigado. Então, antes da gente partir aqui para o encerramento, eu gostaria de registrar a presença de duas pessoas que a gente quer muito bem, ao Carrera e ao Lupi, representando aqui os servidores públicos da prefeitura municipal. Sejam sempre muito bem-



# CÂMARA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

ESTADO DE SÃO PAULO

vindos aqui e citar também o comparecimento do Vereador Flavinho Xavier, obrigado Flávio. Flávio já tinha até falado que ia correr, ia tentar chegar e chegou mesmo. Eu acho que o fato da gente ter aqui dois, três, quatro, cinco, seis, sete vereadores, é isso? Fora os Vereadores representados pelas assessorias, demonstram que a Câmara está bastante interessada e bem empenhada em ouvir a população e fazer o melhor orçamento possível. Então, não havendo mais ninguém querendo fazer uso da palavra, agradeço novamente a agradeço novamente a presença de todos e encerro a presente audiência. Muito obrigado, boa noite a todos e fiquem com Deus. Até a próxima se Deus quiser.”. A audiência pública foi encerrada às dezoito horas e vinte e oito minutos e eu, Vereador Pedro Bernarde, atuando como Secretário da presente Audiência, determinei a lavratura da presente. Paulínia, 26 de junho de 2023.

***VEREADOR FÁBIO VALADÃO***  
***PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E***  
***TRIBUTOS***

***VEREADOR HELDER PEREIRA***  
***VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E***  
***TRIBUTOS***

***VEREADOR PEDRO BERNARDE***  
***SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E***  
***TRIBUTOS***